



**FACULDADE DE INFORMÁTICA DE PRESIDENTE PRUDENTE
CURSO DE GRADUAÇÃO: TECNÓLOGO EM JOGOS
DIGITAIS**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
AÇÕES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS**

**EMERSON SILAS DORIA
Coordenador do CST Jogos Digitais**

**DANIELLE AP. NASCIMENTO SANTOS
Professora da Unoeste
Colaboradora do SAPP-Serviço de
Apoio Pedagógico ao Professor**

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, além de outros embates e eixos temáticos, tem sido pautada pelo denominado 'paradigma de inclusão', centrado no debate sobre a Educação Especial, antes destinada à substituição da Educação Comum para indivíduos com deficiências, e ora destinada ao atendimento específico para as necessidades desses indivíduos, em uma perspectiva Inclusiva.

Em diferentes níveis e modalidades de educação tem sido propostas ações e estratégias de construção de uma filosofia educativa, para atender às exigências propostas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEDI (2007), resultado de outros documentos e normativas do Ministério da Educação (MEC), dentre as quais se destaca a Constituição Federal de 1988.

De acordo com a PNEEPEDI, os denominados estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), a saber, pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou transtorno do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação, tem direito ao denominado Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuja proposta é ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem criando ambientes de aprendizagem no qual as dificuldades dos estudantes PAEE devem ser minimizadas, eliminando barreiras por meio da acessibilidade.

A acessibilidade é pensada como a necessidade de considerar as especificidades de todos os indivíduos, analisando suas possibilidades de aprendizagem, seus potenciais de interação, avaliando a eficácia dos procedimentos pedagógicos adotados, desenvolvendo estratégias e oportunizando a participação e envolvimento de todos.

As diferentes dimensões da acessibilidade incluem: a arquitetônica ou física, que se refere à eliminação de barreiras físicas nos espaços ou equipamentos; a atitudinal, que se refere à quebra de paradigmas e de preconceitos e discriminações; a metodológica ou pedagógica, que se refere à eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de ensino e de aprendizagem; a comunicacional, que se refere à quebra de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual e a programática, que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais que atendam aos elementos de organização social e educacional voltada às pessoas com deficiências.

A Resolução CNE/CP nº 1/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definindo que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem prever a acessibilidade em diferentes níveis, bem como a formação docente voltada para a Educação Inclusiva e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O artigo 42 da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, dispõe sobre a obrigação das IES, públicas e privadas, de prover os meios necessários para o AEE e condições de acessibilidade física, de comunicação, bem como, disponibilizar os recursos didáticos e pedagógicos para estudantes PAEE matriculados.

Com essa perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), propõe nos eixos responsabilidade social, infraestrutura, organização e gestão, avaliação e desenvolvimento, projetos pedagógicos, políticas de apoio à gestão, corpo discente e outros, o eixo da acessibilidade como fio condutor para o desenvolvimento da inclusão de estudantes PAEE.

Por meio das Coordenações de Cursos, Núcleos Docentes Estruturantes e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, a Unoeste tem desenvolvido estratégias para o pleno acompanhamento e inclusão de estudantes PAEE, matriculados nos diferentes cursos, visando consolidar uma política institucional de acessibilidade voltada à inclusão dos estudantes com deficiência.

O presente relatório circunstanciado visa apresentar as ações e estratégias desenvolvidas no 1º semestre de 2017, na Faculdade de Informática de Presidente Prudente (FIPP), no âmbito do curso de graduação em Jogos Digitais, junto a estudantes com Deficiência Auditiva-Surdez e Transtorno do Espectro do Autismo.

Tais ações serão apresentadas, organizadas a partir de dados sobre os profissionais envolvidos, cronograma de execução e atividades desenvolvidas.

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

- Coordenação de Curso: responsável pelo desenvolvimento acadêmico e pedagógico dos estudantes, histórico de aprendizagem junto à família, acompanhamento do processo de inclusão dos estudantes e direcionamento de parcerias com outras áreas;

- Coordenação Pedagógica Institucional e Professor Especializado: responsáveis pela orientação junto à coordenação e corpo docente do curso quanto aos elementos didático-pedagógicos necessários para o pleno desenvolvimento dos estudantes PAEE;
- Pesquisadores Vinculados ao NAI: responsáveis pela articulação das estratégias de acessibilidade pedagógica, física e organizacional necessária para a inclusão dos estudantes PAEE na universidade.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Período	Ações
Início do Semestre	Comunicação com a família; diagnóstico do histórico escolar anterior; reuniões periódicas; formação do corpo docente; contratação de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).
Provas Bimestrais	Orientação aos docentes quanto à adaptação das provas em função dos recursos de acessibilidade comunicacional necessárias para o desenvolvimento dos estudantes PAEE; revisão das provas; análise dos resultados; reuniões com a família e docentes.
Durante o Semestre	Acompanhamento do trabalho realizado pelo intérprete de Libras; orientações quanto ao desenvolvimento de atividades e estratégias didáticas usando a acessibilidade comunicacional.
Final do Semestre	Diálogo com os docentes sobre dificuldades enfrentadas e estratégias aplicadas para superação das dificuldades; delineamento de ações formativas para a equipe; avaliação do processo.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- A) Comunicação com família/escola anterior

Foram realizadas reuniões periódicas com a família e estudantes visando compreender o histórico do estudante, avanços e perdas em termos de aprendizagem na sua escolarização, traçar estratégias e demais procedimentos que pudessem auxiliar no seu desenvolvimento na universidade, tanto no início quanto ao longo de todo o semestre.

B) Contratação de Intérprete de Libras

De acordo com as características do estudante com deficiência auditiva-surdez, verificou-se a necessidade explicitada na legislação, relacionada com o uso da Libras ou da leitura labial. Como se trata de uma deficiência sensorial, a ausência da fala, no caso do surdo que se comunica em Libras, a instituição procedeu com a contratação de um tradutor/intérprete, para acompanhar o estudante durante as aulas.

C) Formação Continuada

Para a formação continuada a coordenação pedagógica institucional e professora especializada desenvolveram estratégias formativas, por meio de oficinas, a fim de explicitar as possibilidades pedagógicas e de comunicação, planejamento prévio e conteúdos, além de orientações quanto ao espaço de aula e dicas de recursos de Tecnologia Assistiva que podem ser utilizados junto aos estudantes PAEE, como aplicativos para Libras e Comunicação Alternativa.

Por meio do NAI, foram elaboradas orientações didáticas para todos os docentes da Unoeste, quanto aos procedimentos pedagógicos fundamentais para as diferentes áreas da Educação Especial, disponibilizadas na Área do Professor.

D) Avaliação da Aprendizagem – Provas e Atividades Avaliativas

Na avaliação da aprendizagem foi considerada a necessidade de garantir que os elementos de comunicação fossem adaptados ao perfil dos estudantes, respeitando no entanto, os critérios avaliativos comuns a todos os demais estudantes. Os docentes foram orientados a elaborar atividades avaliativas e provas com uso de imagens e outros recursos para a representação de conceitos muito abstratos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados no presente relatório circunstanciado, fica caracterizado o atendimento aos pressupostos legais para que as IES trabalhem com a acessibilidade, articulando a Educação Especial à Educação Inclusiva. Na Unoeste essa perspectiva se efetiva por meio de ações que tem promovido o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação.

As ações realizadas envolveram desde o planejamento à organização de recursos e serviços, visando promover a acessibilidade em diferentes níveis, em especial na comunicação, nos materiais didáticos e nos procedimentos pedagógicos.

Presidente Prudente, 04 de agosto de 2017.